

**ESCOLA PÚBLICA
E PROFISSÃO
DOCENTE
SOB ATAQUE!**

**Somos Professores,
damos rosto ao futuro!**

Exigimos Valorização, Já!



MOÇÃO

Pela defesa intransigente do Estatuto da Carreira Docente (ECD), da profissão e da Escola Pública

No âmbito da Semana Nacional de Reflexão e Luta, promovida pela FENPROF, os professores e educadores reunidos em _____ afirmam que o momento atual é de grande gravidade para a profissão docente e para a Escola Pública, exigindo uma resposta firme, determinada e coletiva.

A situação que hoje se vive é o resultado de décadas de políticas que desvalorizaram a carreira docente, degradaram as condições de trabalho, impuseram instabilidade e precariedade e desrespeitaram profundamente os professores e educadores. As consequências são claras: perda de atratividade da profissão, envelhecimento do corpo docente, abandono de milhares de profissionais e uma falta de professores que alastra a todo o país, colocando em causa o direito dos alunos à educação.

O ECD é um pilar estruturante da profissão. Nele se consagram direitos, deveres, regras de progressão, condições de trabalho e o reconhecimento da especificidade da docência enquanto profissão de elevada exigência científica, pedagógica e ética. Atacar o ECD é atacar a profissão docente. Desvalorizar a carreira é fragilizar a Escola Pública.

As orientações e propostas apresentadas pelo Governo, no âmbito do processo de revisão do ECD, são profundamente preocupantes e inaceitáveis. Apontam para a descaracterização da profissão docente, procurando reduzir os professores a meros executantes, subordinados a lógicas administrativas, gestionárias e de “performance”, completamente desajustadas à natureza e à complexidade do trabalho docente.

Entre os aspetos mais graves destas orientações destacam-se:

- A tentativa de descaracterização da carreira docente enquanto corpo especial;
- A introdução de ReCAP como matriz da profissão docente;
- O fim dos quadros e a conversão para mapas de pessoal;
- A substituição de regras transparentes de recrutamento por mecanismos ambíguos e potencialmente arbitrários;
- A imposição de modelos de avaliação assentes em lógicas burocráticas e punitivas;
- A flexibilização dos vínculos e dos horários de trabalho, promovendo precariedade e sobrecarga;
- O reforço do controlo administrativo e da burocratização do trabalho docente.

Simultaneamente, o Governo continua a protelar medidas centrais e urgentes: a recuperação integral do tempo de serviço, a redução da duração da carreira, a melhoria das condições de trabalho, o reforço do apoio aos docentes deslocados e a criação de um regime de aposentação justo, que reconheça o desgaste inerente à profissão.

Acresce que o processo negocial tem sido marcado por imposições unilaterais e pela desconsideração das propostas apresentadas pelas organizações sindicais, designadamente as construídas com os professores e educadores, o que constitui um grave desrespeito pelo direito à negociação coletiva e pelo papel das estruturas representativas.

Perante este quadro, os professores e educadores reunidos deliberam:

- Reafirmar a defesa intransigente do Estatuto da Carreira Docente, enquanto garante da dignidade profissional, da justiça na progressão e de condições de trabalho adequadas;
- Exigir uma valorização imediata e efetiva da carreira docente, que inclua: a recuperação integral do tempo de serviço cumprido; a eliminação de desigualdades, discriminações e ultrapassagens; a valorização das remunerações; a redução da duração da carreira;
- Exigir a melhoria das condições de trabalho, nomeadamente: a fixação de um horário letivo justo e equilibrado; o respeito pelo limite das 35 horas semanais; a clarificação das componentes letiva e não letiva; a redução efetiva da burocracia; um regime de avaliação formativo, transparente e sem quotas;
- Reivindicar medidas urgentes de combate à falta de professores, incluindo: a estabilidade dos vínculos e o combate à precariedade; apoios à deslocação e ao alojamento; a valorização da formação contínua com efeitos na carreira;
- Rejeitar liminarmente todas as propostas que desvirtuem a profissão docente, designadamente: a descaracterização da carreira com o seu fim como corpo especial; a opacidade nos processos de recrutamento e seleção; a precarização dos vínculos; a imposição de modelos de avaliação desadequados;
- Exigir um processo negocial sério, consequente e respeitador, com consideração efetiva das propostas das organizações sindicais representativas dos docentes;
- Afirmar que a valorização da carreira docente é inseparável da defesa da Escola Pública, sendo condição essencial para garantir o direito à educação;
- Apelar à mobilização de todos os professores e educadores, reforçando a unidade, a ação coletiva e a visibilidade pública da luta dos docentes, promovendo iniciativas que tornem claras as suas reivindicações junto da comunidade;
- Assumir a disponibilidade para intensificar a luta, participando em todas as formas de ação necessárias — plenários, concentrações, manifestações, greves e outras iniciativas — até que sejam garantidas respostas concretas às justas reivindicações dos docentes.

Os professores e educadores reafirmam que não aceitam mais políticas de desvalorização, nem processos negociais vazios. Exigem respeito pela profissão, pela Escola Pública e pelos direitos de quem nela trabalha.

A luta coletiva, persistente e determinada permitirá travar este caminho e impor uma verdadeira valorização da profissão docente.

Sem professores respeitados e valorizados, não há Escola Pública de qualidade.

Neste quadro, os professores e educadores apelam à participação massiva nas ações de luta que venham a realizar-se e que podem assumir diversas formas, designadamente na **Manifestação Nacional de 16 de maio**, afirmando nas ruas a sua determinação, unidade e força coletiva na defesa da profissão docente e da Escola Pública.

_____, ____/____/____